



Trabalho de Grupo

Wearespecial

Enunciado

Unidade Curricular: Contabilidade Financeira II
Ano letivo: 2014/2015
Ano e Semestre: 2º Ano - 2º Semestre
Cursos: Gestão
Finanças e Contabilidade

© Contabilidade Financeira II
ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa
Av. das Forças Armadas • 1600-189 LISBOA

Autores:
António Borges
Maio de 2015

Índice

1. Introdução

Objetivos do trabalho

Unidade monetária e formatação dos valores

Matérias ainda não abordadas nas aulas

Explicitação dos pressupostos, justificações e cálculos

Apresentação das respostas

Data e forma de entrega da resolução

Grau de discricção, discussão oral e anulação de trabalhos

2. CASO 1: Wearespecial, S.A. (10 valores)

3. CASOS 2 Special II, S.A.: (5 valores)

4. CASO 3 Special III, S.A. (5 valores)

1. Introdução

Objetivos do trabalho

Este trabalho final é constituído por três casos, cada um com várias questões. Os casos são independentes, de modo a permitir a sua resolução autonomamente e sem interdependências:

O presente trabalho de grupo tem os seguintes objetivos gerais:

- Ajudar a consolidar os conhecimentos adquiridos durante o semestre nas aulas de Contabilidade Financeira II (CF II);
- Servir como base de estudo e prática para a frequência de CF II;
- Fomentar o trabalho em equipa, a organização, adoção de metodologias, processos de trabalho e cumprimento de prazos estabelecidos;
- Servir como instrumento de avaliação contínua da unidade curricular de CF II.

Mais especificamente pretende-se com este trabalho propiciar a aprendizagem para a identificação célere de factos da realidade económica ocorridos e a sua tradução para a «linguagem contabilística», ou seja, o tratamento contabilístico mais adequado à situação à luz das normas contabilísticas geralmente aceites.

As questões, apesar de possuírem um cariz eminentemente prático, não dispensam a adequada justificação conceptual/teórica das opções tomadas, dos pressupostos adotados e/ou a remissão para as normas contabilísticas utilizadas (nº da norma e parágrafos).

Unidade monetária e formatação dos valores

Os valores estão expressos em euros (€) ou em unidades monetárias (u.m.), consoante a questão.

Matérias ainda não abordadas nas aulas

É provável, normal e desejável, que este trabalho para avaliação contínua contemple matérias ainda não abordadas nas aulas no momento da sua disponibilização. Face a estas situações:

- Sugere-se que os alunos não esperem pela leção das matérias nas aulas; avancem com a resolução do trabalho, nomeadamente dos pontos da matéria que já foram lecionados.
- Aconselha-se os alunos a pesquisar a melhor solução face a cada situação, justificando-a.

Explicitação dos pressupostos, justificações e cálculos

Na eventualidade de existirem situações consideradas pelos discentes como não explícitas, os alunos devem resolver estas situações mediante a adoção de pressupostos lógicos julgados pertinentes. Espera-se, assim, que os alunos explicitem as hipóteses de resolução que julgarem absolutamente pertinentes.

Os pressupostos, justificações e cálculos auxiliares deverão ser explicitados de forma clara. Podem:

- Ser inseridos junto do ponto a que respeitam, devidamente referenciados e numerados, numa lógica de Notas; ou, em alternativa,
- Constar de um Anexo, que será parte integrante da resolução. Nesta alternativa, deverão ser devidamente referenciados (numeração sequencial) e articulados com o ponto a que respeitam.

Apresentação das respostas

- **Numeração e manutenção do nº do caso, nº da questão, nº da alínea e nº das operações.** Na resolução deve ser mantido o nº do caso, o nº da questão e o nº da alínea constante do enunciado. Para além disso, as operações devem ser apresentadas por ordem numérica, devendo ser mantido o nº das operações indicado no enunciado. Por exemplo, no caso específico dos lançamentos no Diário, o número do lançamento deve corresponder ao número da respetiva informação do enunciado.
- **Justificação e suporte teórico.** Sempre que solicitado e/ou aplicável, cada resposta deve ter sempre o suporte teórico adequado e a indicação das normas contabilísticas adequadas (nº da norma e parágrafos).

Data e forma de entrega da resolução

Data de entrega: Até às 20:00 horas do dia 15 de Maio (6ª Feira).

Às resoluções entregues em data posterior à definida será atribuída uma cotação de zero valores, sendo esta a cotação a considerar para efeitos de cálculo da média resultante do processo de avaliação contínua.

Forma de entrega

A resolução do trabalho deve ser entregue:

- Devidamente processada eletronicamente em ficheiro Word ou programa similar. Não se aceitam resoluções manuscritas.
- Em formato papel (incluindo a impressão de todos os mapas).
- Devidamente organizada, ordenada, legível e numerada, sempre que aplicável. Deve ter um Índice completo e as referências Bibliográficas utilizadas.

- Pessoalmente ao docente ou colocada no seu cacifo, devidamente identificada e capeada. A capa do trabalho deve conter: (i) a identificação dos membros do grupo (nome completo e número), (ii) a assinatura de cada membro do grupo, (iii) o curso, (iv) a turma e (v) o nome do docente.

Tome nota: «**o que não é legível não é passível de ser avaliado**».

Grau de discricção, discussão oral e anulação de trabalhos

- Este trabalho é uma componente importante (mas não exclusiva) da avaliação contínua.
- O enunciado apresenta alguns graus de discricção e liberdade para a sua resolução.
- Está sujeito a **discussão oral**, coletiva e/ou **individual**, por opção do docente, sendo por isso imperativo que **TODOS** os elementos do grupo participem em **TODAS** as fases do trabalho.
- A apresentação de trabalhos semelhantes implica a **anulação** desta componente da avaliação contínua.

Esclarecimento de dúvidas durante a realização do trabalho

Os alunos deveram dirigir as suas dúvidas ou pedidos de esclarecimento **exclusivamente** ao seu próprio docente e através de **e-mail**.

CASO 1: Wearespecial, S.A. (10 valores)

A empresa Wearespecial, S.A. dedica-se à fabricação e comercialização de artigos para atividades aquáticas.

Em 31 de Dezembro de N apresentava o balancete provisório (de saldos) que se encontra mais à frente neste enunciado.

Não estavam ainda refletidos neste balancete as seguintes situações:

1. Os encargos com férias e subsídio de férias a processar no período de N+1 e relativos ao trabalho prestado em N (u.m.);
 - remunerações 80.000
 - encargos patronais:
 - Seg. social 23.75%
 - Seguros 1.5% sobre as remunerações

2. O pagamento de férias a dois funcionários no valor de 1.500 u.m., relativas ao trabalho prestado em N-1 e gozadas em Dezembro de N.
3. A estimativa de IRC para N de 20.000 u.m., por não ter sido efetuado o correspondente lançamento.

Sabe-se ainda que na subconta 241 - imposto sobre o rendimento, estão incluídos os seguintes valores:

- 7.500 u.m., relativo a pagamentos por conta;
 - 13.000 u.m., de retenções na fonte de IRC, efetuadas por terceiros.
4. A venda de 300 ações em Dezembro de N, por 20 u.m. cada (valor de cotação) da Finacount, S.A..

Estes títulos faziam parte de um lote de 3000 ações adquiridas em Novembro de N por 23 u.m. cada e foram registadas na conta 14 – Instrumentos financeiros.

5. Os consumos relativos a Dezembro de N (u.m.), abaixo discriminados, cujos pagamentos foram efetuados em Janeiro de N+1, nos seguintes montantes:
 - água 2.100 (inclui IVA à taxa de 5%)
 - eletricidade 6.000 (inclui IVA à taxa de 20%)
 - internet 120 (inclui IVA à taxa de 20%)

6. A regularização da conta 79 – Juros, dividendos e outros rendimentos similares, no que se refere à contabilização em Dezembro da renda recebida e correspondente ao mês de Janeiro de N+1, no valor de 1.250 u.m. (IRC retido na fonte, á taxa de 20%).
7. O bónus anual de 5% atribuído pelo fornecedor F₃, relacionado com o montante das compras a crédito, de 100.000 u.m. do seu produto Flutuante, que foi integralmente vendido em N.
8. O pagamento em Dezembro de N, da primeira das duas prestações da campanha publicitária para a promoção do Flutuante, pela a RPV, S.A., firmada em Junho de N, nas seguintes condições:
 - Orçamento 7.500 u.m. mais IVA à taxa de 20%
 - Ações promocionais: N, N+1 e N+2, com igual intensidade em cada um destes anos
 - Pagamento em duas prestações de igual montante. A primeira em Dezembro de N (atrás referida) e a segunda em Dezembro de N+1.
9. A nota interna de serviços de uma grande autoreparação de uma máquina fabril no valor de 10.000 u.m.
10. Não foram ainda contempladas as seguintes situações:

*Inventários:

Na validação da inventariação dos stocks finais, constantes no balancete, detetou-se a não inclusão de 10 unidades do produto Deslizante, valorizadas ao custo de produção de 500 u.m. cada.

*Imparidades:

- A cobrança de 3.000 u.m. correspondente a metade da dívida do Cliente C₁₇, que incluía IVA à taxa de 20%. Esta dívida foi considerada na sua totalidade em imparidade em N-1;
- A imparidade relacionada com o adiantamento feito ao Fornecedor F₅, sem preço fixado e no montante de 5.000 u.m. (IVA incluído à taxa de 20%) cuja regularização se admite como muito improvável.
- No teste de imparidade feito ao Goodwill relacionado com a aquisição do negócio da Allsea, S.A. por 2.000 u.m. foi detetada uma perda de imparidade de 200 u.m.

***Depreciações e amortizações:**

São contabilizadas de acordo com o método da linha reta com início no ano de aquisição/produção e de acordo com as seguintes taxas:

- Ativos fixos tangíveis 10%
- Ativos intangíveis 5%

***Provisões:**

Não estava contabilizado o pagamento de uma coima de 11.000 u.m. resultante de decisão do tribunal (sem recurso) por danos ambientais e para a qual havia sido feita a provisão de igual montante, conforme decisão de 1ª. instancia.

Balancete provisório da Wearespecial, S.A. a 31/12/N

Contas	Saldos	
	Devedores	Credores
11 Caixa	10.500	
12 Dep. Bancários	92.600	10.800
14 Instrumentos financeiros	69.000	
211 Clientes	294.650	
219 Perdas por imparidade		7.100
22 Fornecedores	7.500	213.300
24 Estado e o. e. públicos	62.500	69.000
27 Outras contas a receber e pagar	6.450	11.500
29 Provisões		12.450
31 Compras		
32 Mercadorias	140.900	
33 Matérias primas, subsidiárias e de consumo	50.000	
34 Produtos acabados e intemédios	40.000	
41 Investimentos financeiros	120.000	
42 Propriedades de investimento	30.000	
433 Ativos fixos tangíveis	132.100	
438 Depreciações acumuladas		56.100
44 Ativo Intangível	12.250	
448 Amortizações acumuladas		6.150
51 Capital		250.000
55 Reservas		160.500
56 Resultados transitados		23.000
61 Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.229.300	
62 Fornecimentos e serviços externos	192.800	
63 Gastos com o pessoal	623.700	
68 Outros gastos e perdas	8.400	
69 Gastos e perdas de financiamento	41.200	
71 Vendas		2.266.000
72 Prestações de serviços		27.150
73 Variações nos inventários da produção		15.000
78 Outros rendimentos e ganhos		9.200
79 Juros, dividendos e outros rend. similares		26.600
Totais	3.163.850	3.163.850

PRETENDE-SE:

- a) Contabilização dos factos apresentados e outros que considere relevantes;
- b) Balanço e demonstração dos resultados da Wearespecial, S.A..

CASO 2 Special II, S.A.: (5 valores)

Questão 1

A empresa Special II, S.A. pretende revalorizar o imóvel, adquirido em N-10, onde se situa a sede, antes das depreciações do exercício N. Conhecem-se os seguintes elementos u.m.:

Descrição	Quantia registada	Justo valor
Terreno	50.000	70.000
Edifício	70.000	80.000
Depreciações acumuladas	14.000	

PRETENDE-SE:

O registo no diário da revalorização e das depreciações do exercício de N, sabendo ainda que a empresa opta pela eliminação do histórico das depreciações acumuladas.

Questão 2

Da sociedade Special II, S.A., são conhecidas ainda as seguintes informações:

1. Em Maio de N-3 foi adquirido, numa fase intermédia da construção, destinado às futuras instalações da sociedade:
 - Valor de aquisição 370.000 u.m. - pago de imediato;
 - Escritura 4.000 u.m. - pago de imediato;
 - IMT 26.000 u.m. - pago de imediato.

Sabe-se ainda que o edifício será depreciado à taxa de 4% ao ano e que o valor do terreno em que o edifício ficará implantado é de 100.000 u.m. (referente aos 400.000 u.m. do custo de aquisição global).

2. Só em Março de N-2 foram iniciados os trabalhos para a conclusão do edifício:
 - Trabalhos realizados em N-2, pelo pessoal da empresa e com os materiais disponíveis, no montante de 160.000 u.m..
3. Em Dezembro de N-2 o edifício foi concluído, tendo entrado em funcionamento em Fevereiro de N-1.
4. Em Outubro de N-1, em consequência da mudança das instalações para outro local, a sociedade Special II, S.A., arrendou o edifício (com efeitos a partir de 1 de Outubro de N-1), à sociedade Liber, S.A., sendo a renda anual de 24.000 u.m., recebida nesta data (sujeito a retenção na fonte à taxa de 20%).
5. Em Outubro de N, o edifício foi alienado a crédito, tendo gerado uma mais-valia de 120.000 u.m..

PRETENDE-SE:

O registo no diário de todos os lançamentos relacionados com o edifício, nos exercícios de N-3, N-2, N-1 e N.

Questão 3

1. Em Janeiro de N, a assembleia geral extraordinária da sociedade Special II, S.A., reuniu para deliberar o aumento de capital social através da incorporação de um crédito do acionista X, no valor de 100.000 u.m., correspondente a suprimentos. Após expostas as razões que conduziram a esta medida, os restantes acionistas autorizaram o aumento de capital, a ser realizado pelo acionista X.
2. O capital próprio da empresa, antes do aumento de capital, tinha a seguinte composição (em u.m.):

51	Capital	200.000
511	Capital realizado	
5111	Acionista X	100.000
5112	Accionista Y	40.000
5113	Acionista Z	60.000
55	Reservas	
551	Reservas legais	30.000
5552	Outras reservas	270.000
	Total	500.000

3. O capital social está representado por ações com valor nominal unitário de 10 u.m..

PRETENDE-SE:

- a) O calculo do prémio de emissão, utilizando para esse efeito o valor contabilística da empresa;
- b) Os lançamentos contabilísticos, no diário, resultantes do referido aumento de capital.

Questão 4

1. Da sociedade Special II, S.A., conhece-se o balancete auxiliar da Classe 5 – Capital, reservas e resultados transitados e da conta 81 – Resultado líquido do período, respeitante aos períodos económicos de N e N+1, que se apresentam (em u.m.):

Cód.	Rubrica	Ano N	Ano N+1
51	Capital	200.000	1.000.000
55	Reservas	6.000	120.000
58	Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	220.000	280.000
81	Resultado líquido do período	240.000	220.000
	<i>Total do capital proprio</i>	780.000	1.620.000

2. Dos resultados do período económico N, não houve distribuição aos sócios.
3. Em Agosto de N+1 a empresa procedeu à revalorização de um bem do seu ativo fixo obtendo um excedente de 620.000 u.m., parcialmente realizado através da sua alienação em Setembro do ano N+1.

PRETENDE-SE:

- a) Indicação da origem do aumento do capital de 200.000 u.m. para 1.000.000 u.m., sabendo que não houve novas entradas dos acionistas;
- b) O registo no Diário da sociedade Special II, S.A. das operações que deram origem aos saldos evidenciados pelas rubricas do capital próprio em N+1.

Questão 5

Sobre a sociedade Special IV, S.A., criada pela Special II para desenvolver uma atividade específica, foi constituída em 5 de Janeiro de N+1, são conhecidas as seguintes informações relativas ao ano N:

1. Comercializou apenas a mercadoria M
2. Praticou uma margem de 30% sobre o preço de venda líquido, pelo que obteve um resultado bruto das vendas de 51.000 u.m.
3. Efetuou uma devolução da mercadoria M, na quantia de 8.000 u.m.
4. Da inventariação física e correspondente mensuração reportada a 31 de Dezembro de N apurou-se que o valor dos inventários da mercadoria M, eram de 60.000 u.m.. Este valor já se encontrava afetado por uma quebra considerada anormal no valor de 6.000 u.m..

PRETENDE-SE:

A determinação do valor das compras brutas relativas ao ano N.

CASO 3 Special III, S.A.: (5 valores)

Questão 1

Assinale a resposta que considera correta e **justifique** adequadamente a sua opção:

1. As propriedades de investimento:
 - a. Respeitam a imóveis.
 - b. Não permitem a utilização do modelo de revalorização.
 - c. Ao ser alterado o seu uso pode ser necessário efetuar uma transferência.
 - d. Todas as anteriores.
 - e. Nenhuma das anteriores.

2. Sempre que haja um subsídio relacionado com ativos:
 - a. A sua contabilização pode depender do referencial contabilístico utilizado.
 - b. A sua contabilização pode depender de características contratuais do subsídio.
 - c. A sua contabilização obedece ao regime do acréscimo.
 - d. Todas as anteriores.
 - e. Nenhuma das anteriores.

3. O modelo de revalorização:
 - a. É próprio de todos os ativos não correntes.
 - b. É um modelo apropriado apenas para os ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento.
 - c. É um modelo apropriado apenas para os ativos fixos tangíveis
 - d. Todas as anteriores.
 - e. Nenhuma das anteriores.

4. As despesas de desenvolvimento:
 - a. São, por regra, consideradas como ativos.
 - b. Devem ser sempre consideradas como gastos, excetuando as situações de atribuição direta ao custo de aquisição ou de produção de outro ativo.
 - c. Podem, em certas condições, serem consideradas como ativos.
 - d. Todas as anteriores.
 - e. Nenhuma das anteriores.

5. Uma provisão é reconhecida:
 - a. Quando, de uma contingência, resulte uma obrigação possível, suscetível de ser representada na demonstração da posição financeira.
 - b. Se, em consequência de um acontecimento passado, existe a possibilidade, ainda que remota, de resultar um exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos.
 - c. Se, reunidas as condições anteriores, for possível o desenvolvimento de uma estimativa fiável.
 - d. Todas as anteriores.
 - e. Nenhuma das anteriores.